

PPG LETRAS UFRGS
50 ANOS DE UMA HISTÓRIA:
RELATOS PESSOAIS



**PPG LETRAS UFRGS
50 ANOS DE UMA HISTÓRIA: RELATOS PESSOAIS**

PET Letras (orgs.)



2022

Direito autoral:

Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Todos os direitos desta edição reservados à Editora Noctua. Nenhuma parte desta edição pode ser utilizada ou reproduzida – em qualquer meio ou forma, seja mecânico ou eletrônico, fotocópia, gravação, etc. – nem apropriada ou estocada em sistema de banco de dados sem a expressa autorização da editora.

Texto fixado conforme as regras do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (Decreto Legislativo nº 54, de 1995.)

Conselho Editorial Noctua

Amanda de Campos Cerioli

Amanda Fernandes Alves

Bianca Gomes Martins

Brenda Mensch

Ediele Maria Rodrigues de Lima

Felipe Pergher

Gabriela Di Diego

Gabriel de Ávila Othero

Gabriele Pergher

João Manoel Pinto Alves

João Vicente Cardoso Kohem

Natália Fernanda Silveira da Pureza

Pietra Rafaela Antunes Krug

Coordenação editorial: Gabriel de Ávila Othero

Revisão ortográfica: PET Letras

Capa: Amanda Fernandes Alves

Foto: Acervo História do Instituto de Letras UFRGS

Projeto gráfico e diagramação: Rose Tesche

1ª edição em 2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

PPG Letras UFRGS : 50 anos de uma história : relatos pessoais / PET Letras, (orgs.) ; [coordenação Gabriel de Ávila Othero]. -- Porto Alegre, RS : Editora Noctua, 2022.

ISBN 978-65-00-48157-0

1. Programa de Pós-Graduação em Letras - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) - História 2. Professores - Relatos I. PET Letras.
- II. Othero, Gabriel de Ávila.

22-116827

CDD – 378.155098165

Índices para catálogo sistemático:

1. Universidade Federal do Rio Grande do Sul : Programa de Pós-Graduação em Letras : História 378.155098165 Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380



índice

007	Prefácio
011	Anamaria Welp
027	Antonio Sanseverino
041	Carina Rebello Cruz
047	Carmem Luci da Costa e Silva
059	Elaine Indrusiak
085	Elisa Battisti
095	Gabriel de Ávila Othero
103	Ingrid Finger
117	Lucia Sá Rebello
125	Luciana Vinhas
139	Luís Augusto Fischer
185	Luiz Carlos Schwindt
191	Márcia Ivana Lima e Silva
209	Maria da Glória Bordini
213	Michael Korfmann
227	Silvana Silva
235	Simone Sarmento
257	Ubiratã Kickhöfel Alves
285	Valdir do Nascimento Flores

luís augusto fischer

Professor Titular de Literatura Brasileira da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É graduado em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1980), mestre (1988) e doutor (1998) em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Fez estágio de pós-doutorado na Sorbonne, Paris VI (2015). É autor de vários livros, entre os quais "Machado e Borges" (2008). É crítico literário e desenvolve pesquisas na área de história da literatura brasileira e americana.

GRADUAÇÃO E CONTEXTO UNIVERSITÁRIO

Liz minha graduação em Letras na UFRGS, com formatura no final de 1980. Eu vinha de uma experiência meio torta, porque havia cursado os primeiros semestres do curso de Geologia, também na UFRGS (ingresso em 1976), e depois havia feito novo vestibular para Letras. Acabei depois conciliando minha graduação com outra, em História, curso para o qual havia pedido transferência a partir da Geologia (na época, era possível ao aluno ter mais de uma matrícula, e era bastante comum o fenômeno de gente estudando em dois cursos). Eram tempos muito distintos dos de agora, e acho que vale mencionar algo sobre eles.

Minha geração entra na Universidade num contexto acadêmico específico (e no coração da segunda metade da ditadura militar do período, já com a perspectiva da luta pela anistia, pela recuperação dos direitos, pela convocação de uma Constituinte, num momento de alta para o movimento estudantil). O vestibular unificado tinha poucos anos de vida – foi em 1971 ou 72 o primeiro deles. Antes disso, os exames de ingresso na universidade eram elaborados e aplicados por professores de cada unidade, e envolviam apenas os candidatos para os cursos daquela unidade. Até 1970, então, o vestibular era uma coisa paroquial, com exames

orais, provas específicas, enfim, uma modalidade que envolvia muito menos gente, porque havia sido pensada para uma realidade em que muito pouca gente alcançava concluir o ensino médio.

Nos anos 1960 e 70, a coisa mudou. O que se chamava de “êxodo rural” era uma realidade, as cidades inchavam de gente vinda do interior em busca de emprego, estudo para os filhos, saúde, do sonho enfim de participar do espetáculo da modernidade industrial. O resultado foi que ao longo desses anos uma quantidade muito maior do que antes terminava o ensino médio e buscava algum curso superior. A universidade era até então para muito poucos, mas passou a ser demandada por massas, como nunca antes. O resultado foram os chamados “excedentes”, um grupo de jovens com ensino médio concluído mas sem lugar nos cursos superiores.

Usava-se dizer “excedentes” com base na lógica anterior, em que qualquer um que tivesse estudos feitos precisava apenas passar nas provas, tirar notas suficientes nas matérias atinentes ao curso desejado, para ingressar. Com aquele aumento de candidatos, tornou-se inviável essa prática – de forma que ou a universidade abria muitas vagas mais, ou trancava a entrada de alunos com base em novo paradigma: agora, o vestibular seria não apenas de habilitação, de mera aprovação nas provas, mas de classificação, em que só os primeiros teriam vaga. Esses ditos excedentes eram um grupo social novo: gente jovem, bem educada, integrada na vida urbana, disponível para as novidades comportamentais que não paravam de aparecer – rock’n’roll, pílula anticoncepcional, calças jeans, cabelos compridos para os rapazes – e abertos para a

vida nova das grandes cidades, que porém estava no Brasil sufocada pela ditadura, pela censura, pelo medo. Nesse contexto é que explodiu a importância da televisão e da canção popular, que os festivais divulgavam e promoviam. Essa encruzilhada histórica tinha a trilha sonora de gênios como os agora oitentões Chico Buarque, Gilberto Gil, Caetano Veloso, os Mutantes, Paulinho da Viola.

Nesse contexto, muitas mudanças foram feitas na universidade. Extinguiu-se, na prática, o modelo anterior, de molde tradicional europeu, com as cátedras sendo a referência (o professor catedrático era um manda-chuva geral, inclusive decidindo a contratação ou a dispensa de assistentes), em favor de um modelo novo, estadunidense, tendo como estrutura básica o departamento. No nosso caso: Letras era um curso dentro da antiga Faculdade de Filosofia (funcionando desde 1943), e passou a ser um Instituto, com três departamentos, em 1970.

Passou a haver então uma distinção entre os Institutos, cada qual com uma fatia no amplo campo do conhecimento – Matemática, Física, Química, Biologia, Letras, Artes – e as escolas ou faculdades – Medicina, Direito, Engenharia, Comunicação, Economia, etc. Cada uma dessas unidades com seus departamentos, dentro dos quais corria a carreira dos professores e dos alunos. A carreira docente foi estruturada de modo mais nítido e, não por coincidência, no mesmo tempo começavam os primeiros momentos de pós-graduação e pesquisa regulamentados. No nosso caso, o pós-graduação foi criado em 1972, e os primeiros professores eram doutores ou livres-docentes segundo uma formação muito

diversa. No geral, não havia cursos para formar doutores; seguindo o modelo tradicional europeu, candidatos a doutor apresentavam um trabalho de pesquisa, em regra quando já eram maduros, e submetiam-no a uma banca. Aprovados, eram considerados doutores. (No caso do nosso Instituto, havia um caso como o de Guilhermino César, doutor por Coimbra nos anos 1960, ele sendo nascido em 1908. Alguns outros fundadores, como Donald Schüler, haviam preparado sozinhos um trabalho que foi avaliado por uma banca “importada” de doutores, da USP, que passaram umas semanas em Porto Alegre e examinaram os candidatos. Donald apresentou, nessa ocasião, o que viria a ser seu livro *Aspectos estruturais da Ilíada*.)

Quando eu faço o primeiro vestibular, em 76, essa grande pororoca ainda estava no ar, e o vestibular unificado era ainda uma novidade, que ia se consolidando – e mandaria no horizonte do ensino no Brasil por décadas, até a entrada em cena do ENEM, que inaugura outra época, junto com o FIES e uma expansão de ainda outro volume na oferta de vagas, tanto em universidades e institutos públicos, especialmente federais, quando em faculdades e universidades particulares.

No caso particular da UFRGS (mas não raro em outras cidades), houve uma mudança física também: em 1977 foi inaugurada todo um novo conjunto de prédios do Campus do Vale. Lá já funcionava, desde o final dos anos 1950, um Instituto de Pesquisas Hidráulicas. Mas era um caso isolado, de muito poucos alunos embora com bastante pesquisa aplicada. Em 77 foram

transferidos para lá alunos e professores do IFCH (outra fatia da antiga Filosofia, com os cursos de História, Filosofia e Sociologia), menos a Psicologia, mais o ICTA, de Tecnologia de Alimentos. Nos anos subsequentes, iriam para lá a Física, a Matemática e a Química, mais outros cursos e departamentos (Ecologia, Geologia e Geografia, etc.) E para lá foi também o Instituto de Letras, que aliás compartilhava com o IFCH tanto o prédio de aulas, quanto o prédio administrativo: Letras ocupava o térreo, e o IFCH ocupava o primeiro andar.

PORTUGUÊS NO BÁSICO

Assim, minha entrada no curso de Letras ocorreu bem nessa virada de endereço, para o Campus do Vale, e nessa mudança de paradigma. O Campus do Vale eu conheci ao ingressar na graduação em Letras em 78, no segundo ano de funcionamento do curso naquele lugar, tendo eu estudado na UFRGS por dois anos no Centro, antes disso, inclusive cursando algumas disciplinas oferecidas pelas Letras, como um Inglês instrumental. Sim, o Campus do Vale era abominado por todos, unanimemente: havia apenas poucas linhas de ônibus e escassos horários que serviam ao lugar, não existia RU (apenas o famoso bar do Antônio, que ali permaneceu por décadas) e o Campus em si era uma desolação só – funcionavam apenas os dois prédios gêmeos da entrada (Letras/IFCH e diante dele o ICTA), o prédio administrativo de Letras (compartilhado com a burocracia do IFCH) e a

prefeitura do Vale. A biblioteca funcionava no térreo do prédio de aulas de Letras, equivalendo a umas 3 ou 4 das salas de aula atuais. Só. Nos anos seguintes começaram a ser erguidos os prédios em que agora estão o IFCH, a Física e os demais.

Ao ingressar em Letras, eu havia feito já uns cursos de algum modo ligados a elas. Uma cadeira que era famosa na época, chamada LET180, um curso de português instrumental chamado Redação Técnica, de 6 créditos semanais, que funcionava no prédio que era do Curso Básico (diante do Planetário, esquina da Ramiro com a Ipiranga). Era uma disciplina oferecida para centenas de alunos, de quase todos os cursos superiores oferecidos pela UFRGS, e tinha como finalidade ensinar a produzir textos “científicos”, a partir da pesquisa, para quase todas as unidades uma novidade que estava sendo implantada justamente a partir da reforma de ensino de 1970.

O Ciclo Básico foi uma invenção, rapidamente gorada, associada com a implementação do Vestibular Unificado: por apenas um ou dois anos, bem no começo desse processo, os alunos ingressavam não no seu curso, mas na Universidade, genericamente. E eram obrigados a se matricular em cursos desse Básico – havia esta Redação Técnica, uma Introdução à Sociologia, uma abominação chamada EPB – Estudo de Problemas Brasileiros (o equivalente superior da OSPB do ensino médio, Organização Social e Política Brasileira), um momento de doutrinação sobre o Brasil Grande que a ditadura jurava estar construindo, assim como uma de Lógica (ou algo parecido), outra ligada a Ciências

da Natureza, etc. Ao final do primeiro semestre, as notas obtidas nessas cadeiras obrigatórias encaminhavam o aluno para algum curso, aquele que o aluno desejava ou outro possível, em segunda opção. Foi uma espécie de câmara de amortecimento para aqueles “excedentes”, que entravam para esse Básico e depois é que disputavam o ingresso em seu curso desejado.

(Esta história ainda está por ser escrita. Tomei depoimento de alguns que lá trabalharam antes de mim e a coisa era mais complexa. Me disse Cláudio Moreno, em e-mail para mim: “Partindo de uma ideia, que eu me lembre, do prof. Manoel Luiz Leão, a UFRGS criou naquele ano [1972] um sistema misto de ingresso: em cada um dos cursos oferecidos, os aprovados no Vestibular eram divididos em duas baterias: a primeira formada pela metade superior dos candidatos aprovados, que já tinham garantida a sua vaga no curso escolhido; a segunda, formada pela metade inferior dos candidatos, que teriam de disputar o direito à vaga escolhida submetendo-se a três baterias de provas das cinco (ou três? Lembro que também incluía Matemática) disciplinas que todos estavam cursando obrigatoriamente”. Entre estas estava LET180.)

Do ponto de vista das Letras, esse LET180 foi a porta de entrada de toda uma geração de professores, jovens formados havia pouco, no magistério superior. Ainda sem concurso público, mediante convite, esses jovens professores depois se destinariam a uma série de setores dentro de Letras, mas ali davam aula dessa redação técnica para quase todos os cursos que a UFRGS ofere-

cia. (Anos depois, em 1984, eu também começaria pelo LET180 minha trajetória no magistério superior.) No meu momento de aluno, tive como professora a jovem Zilá Bernd, eu aluno de Geologia, ela ensinando a fazer relatórios de pesquisa e coisas desse teor. Vale lembrar que não houve nada sistemático para ingresso de professores, que quase sempre eram convidados ou faziam seleções internas, sendo formados pelos mesmos professores que então os convidavam. Mas essa ausência de política de ingresso colidia com a necessidade de expansão dos quadros docentes pelo aumento notável de demanda, com a criação de LET180.

Quem liderava o processo era a professora Rebeca Poyastro Peixoto da Silva, auxiliada por um grupo de colegas na coordenação (Maria do Horto Soares Motta, Marino Klausberger, Cláudio Primo Alves Moreno, Paulo Coimbra Guedes, Clarice Bohn Knies). Estiveram entre os professores, nos primeiros anos, além dos já citados: Freda Indurski, Maria Lília Dias de Castro, Eleni Jacques Martins, Maria da Graça Krieger, Arcanjo Pedro Briggmann, Elizabeth Bastos Duarte, José Baltasar Teixeira, Maria Teresa Albiero, Naysa Tesser, Ana Mariza Filipouski, Maria Cristina Leandro Ferreira, Ana Maria Guimarães, José Hildebrando Dacanal, Cleia Ribeiro, Avani Tochetto Oliveira, Teresinha Fávero, Maria Alice Kauer, Bina Maltz. Como se poderá verificar, professores que depois se dirigiram a suas áreas de interesse, Linguística, Língua Portuguesa (tendência majoritária), Italiano, Francês, Literatura Brasileira, Literatura Portuguesa, Latim. Eu fui um dos últimos a ingressar no ensino superior da UFRGS por essa porta.

ESTUDOS DE LITERATURA NA GRADUAÇÃO

No curso de graduação em Letras, eu desde o começo tinha como foco me especializar em Literatura, particularmente a Brasileira, mas também me dediquei bastante à Língua Portuguesa, porque imaginava que o mercado de trabalho seria mais favorável. (Foi apenas na minha geração que começou a haver, na generalidade dos colégios em Porto Alegre, a divisão entre Língua e Literatura, no ensino médio, ao menos no ano final – era uma adaptação ao vestibular unificado, que tinha inventado uma seção de Literatura destacada da de Língua. Antes desse tempo, anos 1970, era raríssimo o colégio que separava as duas coisas.) Como disse, era em favor da literatura que eu cursava História, à tarde, enquanto cumpria as aulas de Letras pela manhã (com raras exceções nessa divisão).

Devo acrescentar que meu pai foi professor, primeiro de Latim e Inglês, depois de Português, em escolas privadas de sua cidade natal, Lajeado, depois em São Leopoldo, e em escola pública, em Canoas. Sua formação ocorreu em seminários jesuítas, de onde ele saiu ao concluir o equivalente ao Ensino Médio atual – ele saiu habilitado como de um curso da antiga Escola Normal, para lecionar o que hoje é o Ensino Fundamental. Tinha habilitação para lecionar Latim, Português e Inglês. Depois cursou Direito e chegou a iniciar o curso de Letras, na Unisinos, sem chegar a concluir. Esse registro serve para dizer que eu tinha um exemplo vivo em casa do que era ser professor na nossa área, e ao mesmo tempo para sugerir que eu tinha certa familiaridade com essas matérias todas,

incluindo Latim, que a minha geração não estudou mais na escola.

Cursei o máximo de disciplinas de literatura que pude, as de Brasileira, de Portuguesa, mas também de outras línguas em tradução (a Italiana, com a excelente professora Maria Teresa Albiero, a Espanhola e Hispano-americana, com Pedro Câncio e João Francisco Ferreira, algo da Francesa, a Dramática universal). Fui aluno da última turma de graduação para a qual lecionou Guilhermino César: ele completou 70 anos em 1978, e essa idade era a derradeira para atuar, naquele momento. Era a disciplina inventada por ele poucos anos antes, chamada Literatura Sul-Rio-Grandense. A Brasileira eu estudei basicamente com José Hildebrando Dacanal – no momento, Flávio Loureiro Chaves, que veio a ser o titular sucedendo a Guilhermino, estava em licença para seu doutorado na USP. Com Sergius Gonzaga tive algumas aulas justamente em Sul-Rio-Grandense, quando ele completou o semestre de Guilhermino.

Em Teoria da Literatura, num tempo em que a moda era o Estruturalismo (mas que nunca estudei de verdade em aula), fui aluno e monitor da professora Maria Helena Martins, que por aqueles anos publicou seu mestrado, um estudo sobre o *Antônio Chimango* que ajudei a divulgar, enviando cartas para colegas professores. Tânia Carvalhal, que viria a ser a titular da área, sucedendo o casado Dionísio Toledo (em 1969), também estava licenciada para seu doutorado. No ano da minha formatura, 1980, foi reintegrada neste setor Maria da Glória Bordini, que havia sido também casada com Dionísio. Não cheguei a ter aulas com ela, mas a conheci e desde então desenvolvemos uma relação de boa amizade e

companheirismo – logo em 82 quanto ingressei no mestrado, e depois quando comecei a dar aulas nas Letras, em 1985, estivemos juntos em várias comissões e trabalhos. Maria Helena Martins logo se desligou da UFRGS para fazer seu doutorado na USP, e praticamente não retornou de lá para o Instituto de Letras.

Como marcas importantes, creio que posso mencionar dois casos. Uma tem a ver com o meu temperamento intelectual, que por esses tempos já tinha alguma clareza para mim: estudar a literatura como parte da história e da sociedade, linha de resto seguida por todos os professores de Brasileira com quem tive aulas. Nesse campo despontavam já, pela informação que me passavam os professores, figuras como Arnold Hauser, com sua então flamejante *História social da literatura e da arte*, e Antonio Candido. Recomendado por um colega mais velho, que havia feito Letras e estudava Sociologia, li Roberto Schwarz em 78/79, em seu livro recém-lançado, e futuro clássico, *Ao vencedor as batatas*. Era um momento de alta dos estudos digamos politizados da literatura, quando nós, jovens, esperávamos correlacionar a literatura com a sociedade brasileira e com a luta pela democracia no país.

No campo da Teoria, lia-se algo da teoria nas publicações comandadas por Dionísio Toledo na editora Globo, como aquele volume dos Formalistas Russos. Com a Maria Helena, estudamos um pouco num livro de Erich Auerbach, chamado *Introdução aos estudos literários*, que ele escrevera em Istambul para seus alunos e em que se nota claramente o quanto a teoria ainda estava envolta na placenta da Filologia. (O departamento LET 3, por si-

nal, onde fui bolsista-trabalho por um semestre, se chamava ainda apenas Departamento de Linguística e Filologia – não havia o termo “Teoria da Literatura” em sua denominação. Vale lembrar que Teoria da Literatura como disciplina separada havia entrado como obrigatória na graduação de Letras por volta de 1962, não antes.) Essas leituras aconteciam contra o pano de fundo de uma perspectiva estruturalista muito fraca, trivial, inconsistente mesmo, como agora posso ver.

Uma lembrança que vale a pena mencionar é que Maria Helena Martins tinha boas relações com o jornal *Leia Livros*, de São Paulo, que naquele momento era o grande veículo de divulgação e crítica literária no Brasil, fora dos grandes jornais. Estimulado por ela, li e resenhei um livro de contos de Ignácio de Loyola Brandão, então um jovem e destacado escritor da geração que despontava. O livro era *Cadeiras proibidas*, e a ideia era publicar no *Leia*. Me dediquei muito a produzir o texto, que foi lido e comentado por ela, mas por algum motivo nunca foi publicado.

Com o professor Dacanal tive toda uma relação de trabalho, para além das aulas, que em si foram decisivas na minha formação. Neste momento, ele era ligado à novíssima editora Mercado Aberto, de Roque Jacoby, que ele assessorava. Por convite de Dacanal eu fiz muitos trabalhos para a editora: realizei revisões de originais e mais ainda produzi textos de apresentação didática para a série Novelas, que a Mercado Aberto publicava com grande sucesso naquele momento. Eram leituras para ensino médio, de autores então jovens (como Charles Kiefer e Lourenço Cazarré)

e alguns mais calejados mas longe da consagração que teriam (como Moacyr Scliar), ao lado de alguns veteranos (Maria Alice Barroso, Arnaldo Campos). Eu produzi textos paradidáticos sobre duas séries (cada uma de dez volumes), que foram publicados em libretos que eram distribuídos para escolas.

Também produzi textos para uma série de “Guias de leitura” para clássicos brasileiros, ideia do Dacanal para circular entre alunos e professores de ensino médio e jovens universitários. Foi uma excelente escola de produção crítica escrita, porque eu escrevia a partir de demandas do Dacanal, e ele revisava e comentava comigo. Eu redigi a forma inicial de todos os contextos históricos usados nessa série de guias, além de fazer resumos de enredos e preparar exercícios para sala de aula. Essa relação de trabalho, para mim de grande aprendizado, se alongou por alguns anos adiante. Foi, como se diz, uma grande escola. Dacanal havia completado sua formação em Economia pouco antes disso, depois de haver concluído sua graduação em Letras e haver começado (sem concluir) um mestrado na Alemanha. Desse mestrado gorado resultou um extraordinário estudo sobre Guimarães Rosa, que eu li com grande interesse tendo o luxo de contar com o próprio autor como interlocutor.

No currículo da minha graduação, havia, na literatura brasileira e creio que apenas nela, uma ideia de que cada aluno produzia uma monografia final, o que depois passou a ser comum como o nome de Trabalho de Conclusão de Curso, o famoso TCC. Eu fiz sob a supervisão do Dacanal; meu assunto, um estudo sobre o romance *A hora dos ruminantes*, de José J. Veiga. O livro era de al-

guns anos antes, 1966, e o autor era lido com certo fervor naquele momento (junto com Ignácio de Loyola Brandão, Antônio Torres, Caio Fernando Abreu, o contista Moacyr Scliar e outros, todos lidos na chave realista, mesmo quando tinham algo de alegórico) em função do aspecto sombrio, ameaçador, vagamente “realista fantástico” dos livros, num momento em que estava no auge a leitura de García Márquez e outros. Tenho comigo ainda uma cópia daquele trabalho (que entreguei com atraso, se bem lembro, mas com tolerância do professor); nele, eu procurei fazer como que o caminho contrário do dito “fantástico”: o trabalho é um exercício de decifrar os traços realistas que no texto são esparsos ou cifrados, ajuntando as evidências possíveis para deduzir o contexto histórico. Era já um exercício de estudo da representação, que no fundo foi sempre o que fiz e faço até hoje.

Vale lembrar que esse momento, meados dos anos 1970, se marcou também pela publicação de alguns livros dos então jovens professores da área. Mesmo sem ter tido aulas com Flávio Loureiro Chaves, eu o conhecia de ler sua *Ficção latino-americana*, lançado em 1973. Pouco depois foi a vez de seu livro *Erico Verissimo – realismo e sociedade*, seu mestrado. Também outros entravam nessa vida de publicar, como Tânia Carvalhal e Maria Helena Martins. Era o tempo em que a Globo estava decadente mas ainda atuante na cidade, a Sulina publicava Dacanal, a Movimento oferecia boas leituras e a L&PM aparecia, logo antes da Mercado Aberto. No plano nacional, a editora Ática ocupava parte central da vida universitária, ao lado de outras paulistas (Perspectiva) e cariocas (Civilização Brasileira).

Vale acrescentar, para o meu caso pessoal, que me dediquei bastante ao curso de História, especialmente na parte de Brasil e América. Fui monitor de História do Brasil por dois anos, com a professora Sandra Pesavento, que era muito jovem então. Com ela desenvolvi uma estimulante relação, que me fez aprender muito da história em função de pensar a literatura. Fui seu aluno num tempo em que ela transitava da história econômica (seu mestrado) para a história cultural, e tenho certeza de ter sido um bom interlocutor para ela no campo da literatura, o que equivale a dizer que com ela eu passava de Marx para Gramsci e a escola dos Annales, falando genericamente. O que eu lia e estudava com ela, em história e em teoria da história, me ajudou muito a clarear meus caminhos futuros.

O curso de História era dominado por leituras de marxistas e comunistas, de Marx em diante até os pensadores daquela conjuntura, muitos dos quais pouco ou nada esclareciam para além de suas próprias convicções. Enquanto cursava História, fiz algumas disciplinas que envolviam Filosofia e Sociologia, que me proporcionaram leitura de grande valor, que eu não teria feito de modo organizado como fiz ali. Um semestre de Kant com Valério Rohden, por exemplo, me desasnou no tema, ainda que com muitas limitações da minha parte.

MESTRADO

Ingressei no mestrado em 1982, para estudar Literatura Brasileira. Naquele tempo, os ingressantes não tinham definido seu orien-

tador quando da entrada – isso era coisa que se decidia com o passar do tempo. Eu já lecionava em colégios (especialmente no Anchieta, em que lecionei por oito anos, de março de 1980, quando ainda estava na graduação, até dezembro de 1987, e depois do Israelita, por um ano em 1984, e ainda no Colégio Militar, onde ingressei por concurso, tendo ficado empatado em notas com a futura colega de UFRGS Gilda Neves Bittencourt, nós dois em primeiro lugar, com a mesma nota) e em cursinhos pré-vestibular de menor cartaz. Essa realidade de trabalho, necessária para a minha manutenção, me fez abandonar a graduação em História, para a qual me faltaram umas poucas disciplinas, que em dois ou três semestres eu teria podido cursar.

Quando se inscrevia para a seleção no mestrado, o candidato escrevia umas linhas sobre sua ideia de estudos – autor, obra, alguma coisa sobre o viés de interesse, etc. Mas era coisa breve, um quadro num formulário. (No geral, escrevia-se muito menos, em todos campos e momentos.) Apresentei uma proposta de estudar “O alienista”, de Machado de Assis. Eu estava totalmente seduzido pelas ideias e hipóteses expostas por Roberto Schwarz em seus livros até então editados, que eu lera com detalhe – *A sereia e o desconfiado*, mais que todos *Ao vencedor as batatas* e ainda *O pai de família e outros estudos*. Minha ideia, que rendeu um ensaio para uma das cadeiras do mestrado, era testar “O alienista” com as hipóteses das “ideias fora do lugar” – Simão Bacamarte também empregava ideias e as descartava ao sabor de um certo capricho, como Schwarz

dissera de Brás Cubas. Mas ao cursar as disciplinas do mestrado me dei conta de outros temas possíveis e, talvez mais ainda, me apercebi das minhas limitações para estudar Machado de Assis.

O resultado foi uma dissertação imensa, defendida em 1988, com umas 470 páginas⁷, mas sobre poesia – e poesia parnasiana. Esse tema nem de longe era uma preferência minha, em nenhum sentido – mas eu tinha me dedicado um tanto a ler a poesia brasileira para dar aulas no ensino médio, sabendo que essa era uma lacuna na minha formação – tive poucas aulas de poesia, e quase nada dela nas aulas de Brasileira. Foi num curso ministrado pelo professor Donald Schüler que me veio a ideia. Ele discorria sobre um poema de Castro Alves, “Ahasverus e o gênio”, mostrando como ali estava uma poética não apenas do autor, mas de uma parte importante do Romantismo, aquela visão do poeta como um gênio incompreendido, que percebe que sua virtude poética não tem mais função relevante na sociedade, etc. O gosto por montar painéis históricos, que já me acompanhava, me levou a conceber um projeto que mapearia e analisaria as poéticas dos principais poetas brasileiros, como este poema de Castro Alves, vindo de Gregório de Matos até Gilberto Gil – sim, a canção já estava no meu horizonte como parte da literatura.

⁷ Esse material foi publicado anos depois, com percalços. A dissertação ganhou um concurso nacional do então ainda existente Instituto Nacional do Livro; quando fui encaminhar o material para a publicação, o INL foi extinto, no governo Collor, de forma que perdi a chance da edição, que era o maior prêmio que recebi (ao lado de um diploma e um cachê). Encaminhado depois à editora da UFRGS, foi rejeitado, com um parecer muito fraco (estou sendo ameno no juízo). Anos depois, em 2003, saiu pela Editora da PUCRS: *Parnasianismo brasileiro – Entre ressonância e dissonância*, com apresentação de Marisa Lajolo.

E de fato assim eu fiz: me cerquei de livros de poesia, marquei neles uns quantos poemas de cada autor importante, pensando depois em estudar a evolução, a mudança, ao longo do tempo, entre uma crença total no poder enunciador da palavra poética, antes do Romantismo, até a canção “Metáfora”, do Gil, que cifrava em alegorias e em imagens espelhadas a tarefa do poeta – “Pois ao poeta cabe fazer com que na lata venha a caber o incabível”. A ideia geral era mostrar esse processo por dentro, quer dizer, pelos poemas em que cada poeta expressasse suas convicções e impressões sobre o papel da poesia e do poeta. Naturalmente eu tinha balizas sólidas, uma das quais era Manuel Bandeira: seu poema “Poética” era explícito ao afirmar que queria a liberdade, que era contra a poesia burocrática, reverente, conservadora.

Nesse processo, acabei me dando conta que justamente aquele tempo entre o Romantismo e as Vanguardas era o xis da questão: no primeiro, ainda havia uma fé relativamente ingênua na capacidade do poeta em dizer como era o mundo e mesmo em orientar o leitor em sua vida, ao passo que no segundo ocorria aos poetas renunciarem explicitamente à condição de tutores, de portadores de alguma palavra com sentido relevante. Assim fui me aproximando do núcleo do problema, que se expressou pelas vias do Parnasianismo e do Simbolismo, entre 1870/80 e a década de 1920. Mais um pouco e me dei conta de que o Simbolismo era já moderno, no sentido de ter uma plena consciência de seu descaminho, relativamente ao posto de guia em que o Romantismo pretendia colocar o poeta. Assim, entre idas e vindas, em fixei no Parnasianismo –

e me dei conta, no processo, que eu estava no fundo estudando a poesia da época do Machado maduro também pela lente de Roberto Schwarz – não era exatamente um estudo sobre “ideias fora do lugar”, mas sobre a relação entre as formas poéticas e os temas parnasianos, naquele contexto da Primeira República.

Não tive orientação para esse trabalho, de fato. Ao longo do mestrado tive aulas com quatro professores, apenas: Guilhermino César (para quem escrevi um ensaio defendendo Antonio Candido contra Afrânio Coutinho, que ele parecia claramente preferir), Donaldo Schüller (com quem estudei épica clássica e algo de teoria da literatura), Tânia Carvalhal (com quem fiz dois cursos, os dois sobre Augusto Meyer, objeto de seu mestrado e doutorado – era comum que os professores dessem cursos sobre seus trabalhos de título) e Flávio Loureiro Chaves (com quem fiz três cursos: um sobre Erico Verissimo, para o qual escrevi um ensaio sobre *Incidente em Antares*, contestando a visão de Flávio sobre o livro; outro sobre Machado de Assis, o conto, que foi talvez o melhor curso de mestrado que fiz, e outro sobre Guimarães Rosa, também muito bom). Dacanal e Sergius Gonzaga, que eram já professores da graduação, e com os quais eu tinha bastante afinidade intelectual, não tinham completado nem seu mestrado, o que os afastava da possibilidade de lecionar na pós-graduação e de orientar. Guilhermino não orientava mais, e parou mesmo de lecionar no pós logo por aqueles dias (seus cursos eram já bastante difusos, com pouca estrutura analítica, valendo a pena mais pelos depoimentos e testemunhos que podia dar como sobrevivente dos tempos heroicos do primeiro

Modernismo), uns poucos anos para além de seus 70 anos de idade.

Minhas afinidades conceituais e epistemológicas com professores do pós se alinhavam, por ordem, com Flávio, Donaldo e Tânia, esta na verdade uma professora com quem tive grandes divergências analíticas e interpretativas, entre escassas afinidades. Sem ir muito longe aqui nas minhas considerações: a professora tinha uma visão da literatura e da crítica literárias próxima da tradição formalista, não no sentido do formalismo eslavo ou da *close reading* (que de fato eu pouco estudara até então), mas no sentido digamos brasileiro, em que a literatura e a crítica tinham menos função de conhecimento da vida, da sociedade, da história, e mais função como requinte cultural, como amenidade e elegância. Naqueles tempos, ainda sob a ditadura (já em seus últimos anos), tudo que minha geração e eu queríamos era entender os nexos entre literatura e vida social – fosse pela mão mais generalizante de Auerbach (de quem eu começava a ler *Mimesis*), fosse pela mão de Candido, de Hauser ou de Schwarz, para citar os que mais me empolgavam. A professora Tânia, por tudo que soube, também não tinha nenhum apreço pela interlocução comigo – e digo isso lisamente, sem mágoa ou ânimo belicoso, não para criticá-la, mas reconhecendo que assim é, há afinidades ou não as há.

Ocorre que eu precisava ter um orientador, mesmo que pró-forma. Procurei os professores naquela ordem – Flávio, Donaldo e Tânia. Os dois primeiros, por motivos que não conheço, não puderam ou não quiseram me orientar; restou a professora Tânia. Fui até ela e disse-lhe honestamente que sabia de nossas

diferenças, que imaginava que para ela não seria uma tarefa desejável, mas que enfim era uma contingência: eu não podia ficar sem orientador. Ela aceitou a tarefa, com correção profissional mas sem entusiasmo, e então assinava os papéis necessários. Mas de fato conversamos apenas duas vezes, uma quando lhe apresentei creio que uns 3 capítulos, outra quando apresentei o trabalho finalizado. A vantagem desse processo foi que eu caminhei sozinho, no sentido intelectual – fiz o que pretendi fazer (e fiz no meu ritmo: defendi o trabalho apenas em 1988, seis anos depois de ter ingressado, um prazo hoje impensável, mas naquele tempo não tão raro assim: ainda havia, por exemplo, provas de conteúdo em cada curso, além da monografia final, numa lógica antiga, cada vez menos presente, em que se esperava que mestrandos e doutorandos apresentassem uma certa erudição no campo). A desvantagem, naturalmente, foi a de não receber uma leitura crítica que apontasse meus problemas e limites, que certamente havia e há.

A banca do mestrado ocorreu em 1988 e teve como presidente a orientadora, mais os professores Donald Schüller, da UFRGS, e Antônio Dimas, da USP. Não posso dizer que tive aporte crítico relevante na ocasião.

Cabe dizer que, entre meu ingresso como aluno no mestrado e essa defesa, ingressei como professor do Instituto de Letras, num concurso para Língua Portuguesa realizado em 1984 mas finalizado apenas em 1985, em função de recursos. A banca era composta, como era comum naquele momento, apenas por professores da casa: era presidida por Celso Luft e contava com Leda

Bisol e Ana Maria Guimarães. Como mencionei acima, comecei a dar aulas na UFRGS como contratado (se dizia na época “horista”) para o LET180, a disciplina criada no começo dos anos 1970 com uma daquelas do Ciclo Básico e que tinha remanescido nos anos 80 e seguia sendo oferecida para uma grande quantidade de carreiras. Nesta posição de “horista”, contratado por hora-aula, sem qualquer pagamento para preparação de aulas ou reuniões e sem qualquer carreira estável, comecei a dar aulas no Básico em março de 1984, junto com muitos dos colegas acima mencionados. Quando apareceu o concurso formal, os horistas todos do Básico foram orientados a se inscrever, o que eu fiz. Resultou que tirei o primeiro lugar, e havia 4 vagas (que foram preenchidas por Mathias Schaff, em segundo, e duas colegas do Básico, Maria Alice Kauer e Terezinha Fávero). O fato de já ser professor da casa, mesmo que na categoria de Auxiliar de Ensino, por certo me dava uma condição anímica de tranquilidade para o debate na defesa. (Para lograr aprovação, além do meu esforço pessoal de estudos, muito me valeu um curso livro patrocinado pelo nosso PPG, com o excelente professor Carlos Alberto Faraco, da UFPR.)

DEPOIS DO MESTRADO, ANTES DO DOUTORADO

Nos anos 80 eu me dediquei muito a estudar os nexos entre literatura e sociedade. Como aluno de graduação de História, frequentei dois seminários na História sobre Brasil contemporâneo, orientados pela Sandra Pesavento, assim como fui seu interlocutor

para uma série de temas ligados à literatura, no Rio Grande do Sul e no Brasil. Como aluno regular daquele curso, fui monitor de História do Brasil, tendo trabalhado por dois anos em proveitosa convivência acadêmica com ela e com a professora Helga Piccolo.

Como já mencionei, havia começado a dar aulas em escola já em 1980, primeiramente no colégio Anchieta, onde fui subordinado ao então coordenador da área, meu logo e para sempre amigo Paulo Coimbra Guedes, que tinha, além de tudo, um gosto muito particular por literatura, não para ensiná-la em sala de aula, e sim para compreendê-la como parte essencial da constituição do português no Brasil. Com o Paulo e por causa dele também estudei muito e tive muito espaço para inventar coisas interessantes, estratégias de ensino, programas, exercícios, etc. para registro: ainda no primeiro ano em que lecionei no Anchieta, além de aprender a dar aulas de redação, uma novidade no ensino brasileiro (com o vestibular unificado, havia sido suprimida qualquer redação, o que implicou o abandono do aprendizado de redação nas escolas, sob a ditadura), organizei, com a energia dos jovens professores e sem remuneração, um grupo de leituras de poesia para interessados, fora do horário escolar – e lá estava já um conjunto de letras de canções, que a gente lia e ouvia. Essa experiência letiva com a canção, desde 1980, certamente está na base da criação da cadeira de Canção Popular Brasileira, no começo dos anos 1990, como opcional para alunos de Letras e de outras áreas, curso que com os anos foi-se desdobrando em pesquisas e orientação no campo.

Ainda no tempo do mestrado, tive duas grandes oportuni-

des de aprendizado. No pós, fiz um curso livre com João Alexandre Barbosa, professor da USP, sobre João Cabral de Melo Neto, uma de suas especialidades. Lembro vivamente como foi interessante ouvir um professor inteligente e bem preparado falando de poesia, uma área em que minha formação era claramente fraca – os professores com quem mais tinha afinidade intelectual, Flávio e Dacanal, mais Guilhermino, eram leitores muito eventuais de poesia. Foram cinco encontros, nas tardes de uma semana apenas, mas abriram muitos caminhos. Não se tratava de procurar ou de haver afinidades metodológicas ou epistemológicas com o professor; o que importava era sua grande qualidade e sua capacidade de mencionar e comentar bibliografia de grande importância.

Alguns anos antes ainda, no começo dos anos 80, tive a rara oportunidade de frequentar um excelente curso de extensão, organizada pelo setor de Alemão, com patrocínio da professora Eva Koch (curso que funcionou à noite na antiga sede do Goethe Institut, na Dr. Flores, no centro da cidade), com Peter Naumann. Nativo do Rio Grande do Sul, era ele um doutorando na Alemanha, orientando de Hans Gumbrecht, e tinha feito sua graduação em Letras na UFRGS. Tratou-se, para mim, de uma experiência de grande profundidade, pelas exposições do professor mas mais ainda pelas leituras que fomos estimulados a fazer e pelos debates que ele promovia. O nome do curso já traz um tempero de época: “Introdução à teoria da ciência para estudantes de Literatura”. Era essencialmente uma visada habermasiana sobre a tradição da crítica e da teoria literária europeias do século XX, desde os forma-

lismos até o estruturalismo, passando pela Escola de Frankfurt e brevemente pelo New Criticism. Por breve que tenha sido, foi este curso que de fato me proporcionou estudar teoria da literatura, com muito mais densidade do que na graduação e mesmo nos cursos do mestrado.

(Peter Naumann, por motivos que não importam aqui, que se ligam a sua atitude fortemente crítica contra determinadas posições e figuras locais, acabou desistindo da carreira universitária, para a qual era claramente vocacionado, tornando-se intérprete e tradutor entre o alemão e o português. Veio a ser talvez o mais importante intérprete de conferências de alto nível, acompanhado tanto figuras de destaque da universidade nas áreas de filosofia e direito, quanto altos dirigentes da indústria alemã.)

Também por esses anos todos eu já colaborava com a imprensa. Escrevia resenhas e críticas de livros e alguma coisa de filmes, para a Zero Hora e para veículos de menor expressão, na cidade. Em 1986, publiquei meu primeiro texto na imprensa paulista, que eu acompanhava com enorme interesse – houve um boom editorial e de ideias naquele momento, auge da redemocratização, que a grande imprensa cobria com vigor e entusiasmo. Tratava-se de um ensaio para o suplemento *Folhetim*, da *Folha de S. Paulo*, então uma das principais vitrines do debate intelectual brasileiro. O assunto: eu combatia com todas as minhas forças críticas um artigo de Lúcia Santaella, publicado umas semanas antes, no qual ela louvava o pós-modernismo em flor como sendo a redenção da humanidade, e sugeria que as antigas categorias de

pensamento, as modernas, deviam ser abandonadas em favor do que vinha vindo com a nova geração, que nascia já íntima desse mundo novo, o mundo que de fato brotava, o mundo dos computadores pessoais, ainda antes da internet. Eu recolhia argumentos no neo-iluminismo de Habermas, de Sérgio Paulo Rouanet, na dialética de Roberto Schwarz.

(Uma coisa curiosa em torno desse texto foi a repercussão local, entre colegas e conhecidos. Publicar no suplemento *Folhetim* era meio que sonho de consumo para qualquer intelectual, e duas colegas da UFRGS, cujos nomes não importam, me telefonaram perguntando como eu tinha conseguido a façanha. Minha resposta foi a desapontadora verdade: eu tinha ficado indignado com o texto daquela professora, e liguei para a redação do jornal perguntando se podia escrever um artigo para debater esse da Santaella, e eles disseram que sim, podia enviar para o endereço tal. Eu escrevi, passei a limpo (na máquina de escrever, ainda) e enviei. Um tempo depois saiu o texto. Não conhecia ninguém na redação, não tinha pontes ou pistolões, muitas vezes essenciais para esses feitos, no campo intelectual. O conteúdo do texto em si não foi muito comentado por elas.)

Sempre tomei a atividade de escrever para jornais e revistas de circulação aberta como parte essencial do metiê intelectual – e os exemplos que tinha eram bons e próximos, como Guilhermino César, José H. Dacanal, Sergius Gonzaga, Flávio Loureiro Chaves, Donald Schüler e mesmo Celso Luft, todos eles, em alguma medida, presentes em veículos de imprensa, em Porto Alegre

e eventualmente fora daqui, oferecendo sua visão das coisas para fora dos muros da universidade, entrando no debate aberto. Até hoje considero uma tarefa de grande valor essa de participar do debate público, a ponto de muitas vezes eu preferir escrever para a imprensa pública a escrever para publicações acadêmicas, cuja leitura, quando ocorre, se esgota entre pares.

Na época do fim do mestrado, duas grandes vogas intelectuais tomaram vulto no Brasil: a literatura comparada e o pós-modernismo. Aquele ensaio para o *Folhetim* era, como disse, uma tomada de posição minha contra as facilidades do pós-modernismo tal como ele apareceu no cenário brasileiro, decretando o fim da modernidade que devia ser também o fim da dimensão nacional dos debates⁸. O pano de fundo dessa moda intelectual acompanhava o iminente fim da União Soviética, que se configuraria poucos anos depois, junto com a derrubada do Muro de Berlim, marcando o fim da Guerra Fria, o contexto ocidental dos tempos da minha formação.

A segunda moda, esta específica da nossa área, foi a Literatura Comparada. Ela veio afinada com a visada pós-modernista na medida em que apresentava, explícita ou implicitamente, uma crítica à tradicional divisão dos estudos literários segundo os países e ou as línguas nacionais. Concretamente, se insinuava que a existência

⁸ Publiquei anos depois em livro esse ensaio, junto com outros dedicados ao mesmo tema. Era o meu primeiro livro de crítica literária e cultural e se chamou *Para fazer diferença* e saiu pela Artes e Ofícios, de Porto Alegre, em 1998. Nele também reproduzi textos críticos contra a moda do pós-modernismo, publicados na imprensa de Porto Alegre.

de divisões administrativas, intelectuais ou conceituais como “Literatura Brasileira” estava condenada e, em versões mais ativas, devia mesmo ser combatida. Foi um debate que se expressou claramente na organização do nosso doutorado, como adiante comento.

O ano de 1988 conheceu ao menos duas grandes atividades acadêmicas em Porto Alegre, no nosso campo. Um deles foi um conjunto de eventos em torno do centenário da Abolição da Escravatura, que se ligava ao tema da literatura feita por afrodescendentes, campo de eleição de uma colega, Zilá Bernd. Ela teve pioneirismo nacional no tema, ao lado de alguns poucos outros; ela era professora de Francês, e por aí, via “négritude”, estudando poetas caribenhos de língua francesa, se aproximou do Brasil.

O outro, com imenso prestígio nos anos vindouros, foi o primeiro Congresso da Associação Brasileira de Literatura Comparada, ocorrido na UFRGS, sob a liderança de Tânia Carvalhal. O evento nascia como sintoma do amadurecimento dessa corrente de pensamento, que num sentido genérico acolhia orientações epistemológicas variadas, mas especificamente mostrava um forte viés anti-historicista ou antidialético. O homenageado principal do evento foi Antonio Candido, saudado como patrono do campo, mas prestigiado por suas incursões e debates não-nacionais e não por sua perspectiva claramente sociológica de crítica literária, nem por seu notório engajamento em debates ideológicos no presente (fundador do antigo PSB e depois do PT). Era uma homenagem a ele, mas era também um esforço por iluminar tão-somente uma das facetas de seu profícuo trabalho.

Visto pelo ângulo da profissionalização de nossa área acadêmica, que conheceu um momento novo na virada dos anos 80 para os 90, a criação da ABRALIC induzia a uma perspectiva supranacional e, nos bons casos, cosmopolitas quer dizer, não-nacionalista; nos casos triviais, representava uma força contra as discussões mais politizadas do campo da literatura, seja na crítica e na história literárias, seja no campo do ensino, seja ainda no terreno do mercado nacional. Visto da minha posição (que era a de colegas de geração, também), a ABRALIC carregava mais o traço conservador na política do que o traço emancipador na perspectiva.

Vale uma consideração do contexto local. Nesses anos finais da década de 1980, Porto Alegre elegia um primeiro prefeito pelo PT, por sinal ex-aluno de Letras, Olívio Dutra. Antes dele, na primeira eleição direta para prefeito da cidade depois do começo da ditadura militar, havia sido eleito Alceu Collares, pelo PDT, conectando o presente com o passado pela esquerda, já que o derradeiro prefeito eleito havia sido Sereno Chaise, também trabalhista. Com Olívio, a cidade respirou outros ares, que, dizendo de modo simplificado, apontavam para o futuro – foi o começo do Orçamento Participativo e de uma série de práticas políticas e administrativas que impactariam decisivamente no panorama local e também estadual e regional, como ocorreu com a revalorização da cultura crítica e a descentralização de atividades para as periferias. Na ponta mais alta desse processo, podemos lembrar o enorme evento que foi o Fórum Social Mundial, de 2001 em diante, que teve Porto Alegre como palco. Nossa cidade passou

a ser conhecida literalmente em todo o mundo por esse feito.

Me envolvi pessoalmente nesse processo. Fui sondado para ocupar um cargo já na primeira administração petista, no campo da Literatura da secretaria de Cultura, mas por motivos que não importam aqui acabei não assumindo. De todo modo, me tornei um ativo colaborador na produção de eventos, no debate de ideias, etc. Estive entre os fundadores da revista Porto & Vírgula, que fez história naquela quadra histórica. Conto isso porque meu envolvimento externo à UFRGS (que nunca prejudicou meu trabalho como professor, muito pelo contrário, creio) era apenas uma parte de uma grande participação de colegas, de várias áreas universitárias, no governo que se iniciava. Na política interna à UFRGS, foi também um momento de intenso debate, porque se deflagrava todo um processo de mudança, que implicava, por exemplo, a luta pela eleição para a reitoria, coisa que de fato começou a ocorrer, tendo na figura de Alceu Ferrari, professor da FACED, a primeira representação de esquerda. Ferrari venceu entre os alunos, mas o indicado foi aquele que venceu entre os professores, Gerhard Jacob, da Física, que veio a assumir o cargo em 1988. Sua sucessão se deu com a posse de Héglio Trindade, do IFCH, empossado em 1992, numa campanha e depois numa gestão memoráveis. Também desse processo, com Héglio à frente, participei bastante, na criação do Jornal da UFRGS e em outras atividades, políticas e culturais.

Com Héglio, trabalhou como pró-reitora de Extensão a colega Ana Maria Guimarães, que tinha sido a primeira diretora eleita

do Instituto de Letras. Sua escolha ocorreu em 1988, num processo que merece ser contado. Eu atuava na então Congregação, representando os Auxiliares de Ensino, e junto com a colega Eloína Pratti dos Santos, do Inglês, levei a proposta de eleição direta ao debate. Esclarecendo: havia duas instâncias deliberativas em cada instituto: o Conselho Departamental, mais democrático porque composto pelos chefes de departamento mais representação das classes de professores, e a Congregação, espécie de senado em que todos os titulares tinham assento cativo, mais representantes das classes de professores. O resultado é que os titulares, nesta altura majoritariamente remanescentes do tempo anterior à reforma de 1970, tinham maioria fácil.

Quase todas as unidades da UFRGS haviam já feito, *quatro anos antes*, alguma forma de consulta à sua respectiva comunidade para a escolha do diretor; Letras, não, nada. Era um atraso significativo em muitos sentidos, em parte explicável pelo reacionarismo dominante entre professores mais antigos, os titulares ainda remanescentes, em outra parte pela cisão que nascia da distinção entre professores com carreira formal, mais antigos e/ou aliados dos mais antigos, e os professores horistas, oriundos do Básico, que só entraram na carreira formal depois de uma greve, em 1981, e que eram vistos por muitos dos “velhos” como esquerdistas e/ou gente “sem nível”. Era a velha visada lamentavelmente elitista, aristocrática, arrogante, um correlato óbvio da visão conservadora que se expressava no rechaço à língua brasileira e à literatura recente, no bloqueio à criatividade popular, etc. De todo modo,

ao longo de 1987 tivemos embates memoráveis na Congregação, entre a nossa proposta e a reação conservadora da maioria dos titulares, num processo que levou meses. Ao final, mediante muita negociação e contando com a adesão de alguns dos titulares – vale a nota de que sempre esteve ao nosso lado o saudoso professor Celso Luft –, resultou vitoriosa a posição pró-consulta, num formato confuso bem ao gosto dos reacionários: eram inscritas chapas, como nós desejávamos, mas a votação era nome a nome, como eles insistiram. (Detalhe: tanto fizeram os reacionários para atrapalhar a democracia, e no fim sequer apresentaram uma chapa. Tiveram vergonha da iminente derrota, por certo. A nossa foi a única inscrita. Tenho aqui os números finais da votação: entre professores, 52% votaram na chapa; entre alunos, 92%; entre técnicos-administrativos, 82%.) Assim, foi eleita a Ana Guimarães, com Eloína de vice, numa chapa de seis colegas da qual eu mesmo fazia parte.

Esse caldo de cultura efervescente, na política ampla da cidade, do país e do mundo, assim como na vida específica do Instituto de Letras, era o pano de fundo, então, da chegada das modas do pós-modernismo e da literatura comparada, e o conjunto desses fenômenos oferece o quadro geral do debate sobre a criação do doutorado em nosso PPG. Como marcos políticos gerais, a cronologia nacional do processo que até aqui relato pode ser balizada por três datas: 1979, ano em que se promulgou a Lei da Anistia, que liberou o retorno dos exilados; 1984, em que se desfechou a Campanha pelas Diretas Já, que mobilizou a opinião pública como nunca antes, desde antes da ditadura; e 1988,

ano em que se promulgou a nova Constituição brasileira, fruto maduro do processo de superação da nefasta ditadura militar (e ano da primeira eleição para a direção de nosso Instituto de Letras). No plano internacional, o mesmo período foi marcado pelo fim da Guerra do Vietnã, pelas guerras anticoloniais (libertação dos países do antigo império português), e pela crise e desmanche da antiga União Soviética, em 1989.

DOCTORADO

Até então, havia duas áreas nítidas no PPG – uma área de Literatura, hegemônica pela Brasileira, e outra de Linguística, hegemônica pela Língua Portuguesa. A criação do doutorado se impunha para o desenvolvimento da área, que vinha funcionando em bom nível desde 1972. (Na PUCRS, havia já um programa de doutorado em funcionamento seguro desde 1978.)

Não participei diretamente dos debates para a criação do Doutorado, porque não era credenciado, por ser apenas mestre. Mas acompanhei, mediante relatos de colegas, do clima geral da conversa. Na Brasileira, havia dois doutores apenas, Flávio Loureiro Chaves, que era titular (no antigo modelo), e Maria do Carmo Campos, que por esse tempo retornava de São Paulo com seu doutorado. (Com esses dois colegas, compus uma banca de concurso de professor para a Literatura Brasileira, mesmo sendo eu apenas mestre. Era um tempo em que as bancas eram compostas apenas por professores da casa, e este creio que foi um concurso para professor

Assistente, quer dizer, já com mestrado. Foi aprovada em primeiro lugar Gínia Gomes, formada pela PUC, que tinha já bastante experiência docente na FAPA, e em segundo Homero Araújo. Gínia foi logo incorporada ao trabalho no setor, mas Homero demorou uns anos: ele veio a ocupar a vaga aberta com a aposentadoria muito precoce de José H. Dacanal, na altura de 1992.)

O processo de criação do doutorado no campo da Literatura viveu um confronto, de contornos épicos na escala possível, entre dois antigos e firmes aliados: Flávio L. Chaves e Tânia Carvalhal. Esta, como mencionado antes, se qualificava como uma das importantes vozes nacionais da Literatura Comparada, e defendia que apenas esse âmbito, o comparatista, deveria ser o horizonte do doutorado em literatura. A essa visão se opôs Flávio, que defendia que a área de Brasileira, sendo até então a mais ativa (ou a mais produtiva) do PPG, deveria ser o horizonte, senão único, ao menos dominante. Nesse processo de confronto entraram elementos pessoais dos contendores, que não conheço em detalhe e nem caberiam aqui. Flávio contava com muito prestígio intelectual, aqui e fora daqui: os dois haviam se doutorado na USP, mas Flávio tinha uma presença bem mais forte no panorama da crítica literária brasileira (ele publicava no caderno literário do jornal *Estado de S. Paulo*, além de ter livros de relevante circulação), havendo também sido pró-reitor de Extensão da UFRGS na gestão de Francisco Ferraz, num tempo em que foi criado um projeto de grande valor, o Centro Cultural da UFRGS.

Por esse tempo, minha posição intelectual e também de

política universitária tinha muita afinidade com a de Flávio, em favor de manter a área de Brasileira, mesmo porque, como mencionei acima, a ideia de Literatura Comparada naquele momento, se tinha uma interessante abertura para um horizonte cosmopolita, era dominado por um para mim excessivo entusiasmo com o chamado pós-modernismo, que se erguia basicamente contra as posições de grande parte da esquerda, contra a historicidade do fenômeno literário, contra a perspectiva sociológica que era a minha. Politicamente, então, se eu tivesse peso, o jogaria na defesa de uma área de Brasileira, que era combatida pelo discurso pós-moderno como antiga, moderna no mau sentido, nefasta para os fins da Comparada. Havia um trocadilho que resumia, do ponto de vista comparatista, o repúdio deles a uma coisa como “Literatura Brasileira”: [nação = narração]. Quer dizer: era abominável para eles que houvesse a defesa da dimensão nacional, a qual carregava uma ideia reprovável de narrativa de conjunto. Essa visão era fortemente anticomunista e antiesquerdista, em resumo, e portanto era o correlato, no campo literário, da visão triunfalista do “fim da história”, da consagração do liberalismo (já chamado de neoliberalismo), representado por Reagan (presidente dos EUA entre 81 e 89) e Thatcher (primeira-ministra do Reino Unido entre 1979 e 1990) no plano internacional.

Não é que Flávio fosse um homem de esquerda; era um liberal clássico, um democrata interessado na história, e portanto alguém que não embarcava ingenuamente na conversa neoliberal e anti-historicista. E é certo que Tânia representava essa corrente

que se tornava hegemônica nas instâncias fortes, no campo literário nacional, como a ABRALIC, as instâncias decisórias das agências financiadoras, as direções de cursos de pós, etc. Resultou que foram criadas as duas áreas, a Comparada e a Brasileira, expondo a cisão entre as duas lideranças locais mais significativas da geração que estava no poder.

Aqui entra um detalhe interno de grande significado. É que na área de Brasileira, no doutorado, havia escassos professores e orientadores: Flávio, Maria do Carmo e a professora Ana Maria Lisboa de Mello, que vinha da UnB e atuava na área do Francês mas tinha interesse e pesquisa na Brasileira (setor para o qual ela acabou migrando internamente). (Os colegas Dacanal e Sergius não haviam defendido sequer seu respectivo mestrado, não obstante serem autores de livros importantes.) A área de Comparada, ao contrário, agregou os professores de Teoria da Literatura com os doutores de todas as línguas estrangeiras, até então de alguma forma bloqueadas em sua carreira de pós-graduação. Assim foi que a área liderada por Tânia Carvalhal passou a contar com uma ampla oferta de professores e orientadores, exibindo uma força de atuação claramente superior à da Brasileira.

Ingressei como aluno na primeira turma do doutorado, como orientando do professor Flávio. Era o ano de 1991. Neste momento, aquela cisão entre Flávio e Tânia contaminava várias outras dimensões no Instituto e no PPG; pessoalmente, lembro de vários episódios desagradáveis e até desconfortáveis em que eu era tachado como mero assecla do Flávio, mesmo que essa liga-

ção não fosse substantiva em muitos sentidos, como aqueles que se ligam com as escolhas políticas e com a perspectiva metodológica de trabalho. A polarização foi forte, e o lado de lá contava com muito mais força.

Cursei neste tempo disciplinas com meu orientador, com Maria do Carmo e com a recém-chegada Kathrin Rosenfield, que trabalhava no campo da Teoria da Literatura. Tive um ótimo semestre de aulas com Flávio Kothe, gaúcho que trabalhava na UnB e esteve aqui como visitante. Mas esse curso de Flávio Kothe já ocorreu numa nova conjuntura: creio que no começo de 1992, Flávio Loureiro Chaves requereu aposentadoria, também precoce. Ao retirar-se do trabalho, ele também renunciou às orientações de que era então responsável, como a minha (e da colega Bina Maltz, professora de Brasileira também oriunda do Básico). Creio que foi no vácuo deixado por ele que Kothe foi convidado a trabalhar aqui, creio que por um ano.

(Dono de um currículo acadêmico invejável, com doutorado na Alemanha, estágios pós-doutorais em Yale e creio que na Sorbonne, com experiência na USP e na UnB, coordenador da tradução e/ou apresentador de obras de Marx e Benjamin, Kothe chegou a prestar concurso para Teoria da Literatura na UFRGS, nesta altura, mas ficou em segundo lugar, tendo sido aprovada em primeiro lugar Lea Masina. Inconformado, Kothe enfrentou esse resultado num processo interno e parece que também na esfera do judiciário. Por havermos presenciado algumas das provas desse concurso, Kothe pediu a mim e a Kathrin Rosenfield

que nos dispuséssemos a ser testemunhas em seu favor, com o que concordamos. Não chegamos a ser convocados para nada. A banca era liderada pela professora Tânia, com Lígia Militz da Costa, da UFSM, e pela colega Maria da Glória Bordini, também ela inconformada com o resultado, como fez questão de afirmar em público, na sessão final daquele concurso.)

Por esses anos, dirigia a Editora da UFRGS nosso colega Sergius Gonzaga, que me convidou a apresentar uma obra sobre cultura e literatura no Rio Grande do Sul para uma coleção que iniciava, Síntese Rio-grandense; de fato, ofereci à consideração da editora um panorama sobre a poesia no estado, trabalho em parte feito para um curso de Poesia ministrado pela colega Maria do Carmo Campos. Em 1992, foi publicado o livro *Um passado pela frente: poesia gaúcha ontem e hoje*, pela editora da UFRGS. Neste mesmo ano, Sergius e eu organizamos a publicação de um livro que fez bastante sucesso no meio cultural do estado: *Nós, os gaúchos*. Lançado também em 1992, era uma reunião de vários ensaios sobre identidade regional/estadual e resultou sendo o primeiro volume de uma significativa série que veio sendo publicada com os anos, com um segundo volume de *Nós, os gaúchos*, depois seguido de *Nós, os teuto-gaúchos*, que organizei ao lado do colega René Gertz, professor de História do IFCH, *Nós, os ítalo-gaúchos* e *Nós, os afro-gaúchos*.

E ocorreu que, havendo concluído os créditos do doutorado (mas sem dispor de orientador), fui convidado, no segundo semestre de 1992, para assumir um cargo na Secretaria de Cultura

de Porto Alegre, no segundo governo do PT, sob a liderança de Tarso Genro. E eu topei. Foi uma experiência excelente para mim, pessoalmente. E houve algumas repercussões internas ao nosso PPG e ao Instituto de Letras. Eu pensava em manter atividades letivas na graduação nesse período, assim como imaginava poder continuar a escrever meu doutorado (havia já apresentado dois capítulos da pesquisa, antes disso), ao mesmo tempo em que atuasse na Coordenação do Livro e Literatura. Mas o trabalho na prefeitura era de fato muito absorvente, de um lado, e de outro o cenário interno do Instituto a meu respeito não se mostrou favorável a essa composição, tendo havido lances desagradáveis que não merecem registro aqui. O certo é que eu era identificado como petista (mas nunca fui filiado a nenhum partido), o que gerava uma boa animosidade por parte de colegas conservadores, e como assecla do agora aposentado Flávio Loureiro Chaves, que seguia sendo de algum modo a figura a ser execrada na política interna pelo grupo no poder.

Para agravar, na Coordenação eu era responsável pela revista *Porto & Vírgula*, e resolvi entrevistar, com a jornalista Susana Gastal, o próprio Flávio, que, aposentado, vinha fazendo algumas críticas ao Instituto, não importa agora se com ou sem razão, nem com qual razão. Minha perspectiva era que se tratava de uma pessoa importante no cenário cultural que rendia uma boa entrevista, por suas opiniões fortes. De fato, na edição 18, de setembro de 1994, saiu a conversa com o Flávio, sob o título “A área de Letras está morta”. Pessoalmente, é claro que eu não concordava com

essa ideia, mas não era esse o ponto de interesse, a meu juízo, como editor: era sim mostrar o ponto de vista de uma pessoa que estava criticando vivamente a área. A repercussão foi complexa e forte. Colegas que tinham já alguma bronca comigo passaram a me tomar como um maldito, porque para eles eu tinha feito um papel de divulgador da visão de Flávio. Houve reações internas bastante significativas. Meu querido colega e amigo Paulo Coimbra Guedes, ao contrário dessa reação hostil, pediu para replicar as ideias do Flávio na revista, o que muito me agradou, e publicamos sua crítica fortíssima às posições expressas na entrevista. No geral, o episódio me afastou ainda mais do Instituto, resultando que, nos anos 95 e 96, a segunda metade daquela gestão na prefeitura, permaneci totalmente afastado das Letras.

Retornei em 97 para então concluir meu doutorado, o que aconteceu em 1998. Meu trabalho se dedicou a estudar a crônica de Nelson Rodrigues, que eu analisei em comparação com os ensaios de Montaigne⁹. (Um dia, no meu retorno ao Instituto, cruzei com a professora Tânia num corredor da faculdade e ela me disse, com um bom humor a que não faltava uma dose de ironia, que meu trabalho, de que ela soubera creio que por aqueles dias, deveria ser defendido na área de... Literatura Comparada.) A ideia nasceu, realmente, de conversas com Aníbal Damasceno Ferreira, jornalista que trabalhava na UFRGS, com uma larga história de

⁹ Este trabalho foi publicado, também com bastante demora, sob o título *Inteligência com dor: Nelson Rodrigues ensaísta*, pela editora Arquipélago, de Porto Alegre, em 2009.

relacionamento com a literatura, tendo ele sido, nos anos finais de 1950 e na década seguinte, o principal responsável pela revitalização da obra de Qorpo-Santo. No plano administrativo, como precisava de algum orientador, pedi à colega Zilá Bernd que tomasse o encargo. Ela muito gentilmente aceitou, e foi uma leitora importante do trabalho, antes que ele fosse à defesa, numa banca que contou com Donaldo Schüler, Regina Zilberman e Antônio Carlos Secchin (da UFRJ).

Minha atividade no campo das publicações cresceu muito nesse momento. Editei, pela Artes e Ofícios, uma edição anotada dos *Contos gauchescos*, de Simões Lopes Neto, em 1998. Nos anos seguintes, fiz o mesmo com as *Lendas do sul* e com o clássico gauchesco *Antônio Chimango*. (Essas obras eu as reeditaria com mais elaboração ainda em 2012 e 2015.) Em 1999, publiquei pela primeira vez meu *Dicionário de porto-alegrês* (editora Artes e Ofícios, depois L&PM), que ainda agora, em 2022, teve nova revisão. Também nesse ano começou a funcionar o Sarau Elétrico, uma função semanal de leitura que acontece num bar de Porto Alegre, evento que ainda agora está em atividade.

Em 2003, publiquei pela editora Abril, de São Paulo, uma visão panorâmica sobre a literatura brasileira, em *Literatura brasileira: modos de usar*. No ano seguinte, pela editora Leitura XXI, de Porto Alegre, *Literatura gaúcha: história, formação e atualidade*. Em 2008, publiquei pela Arquipélago Machado e Borges, uma extensa comparação entre os dois grandes gênios sul-americanos, seguindo uma perspectiva estritamente histórica, nascida

da minha leitura da obra de Antonio Candido¹⁰. Por esses anos, coordenei a publicação anotada e comentada de todos os dez romances de Machado de Assis (incluindo o *Casa velha*), em edição pocket, para a editora L&PM. Em função desse trabalho, coordenei a edição dos mesmos romances (mas sem *Casa velha*, por opção da editora) em Portugal, pela editora Glaciar em coedição com a Academia Brasileira de Letras (Lisboa, 2014). Em 2016, escrevi a apresentação para a edição de *Dom Casmurro* para a prestigiosa coleção de clássicos das editoras Penguin & Companhia das Letras. Também coordenei edições anotadas de outras obras, como *Os sertões* e *Macunaíma*, pela L&PM, com a parceria de Homero Araújo (no primeiro) e Guto Leite (nos dois casos). Ainda no campo das publicações ligadas ao trabalho no Instituto de Letras e no Pós-Graduação, registro *O alcance da canção*, pela Arquipélago, em 2016, parceria com Guto Leite, e no ano de 2021 meu trabalho de estágio sênior (desenvolvido em Paris, na Sorbonne – Paris VI, em 2014 e 2015), intitulado *Duas formações, uma história: das 'ideias fora do lugar' ao 'perspectivismo ameríndio'*, pela Arquipélago.

Como último tópico de interesse para o caso aqui em tela, registro que em 1999 ajudei a construir um grupo nacional de pesquisa e debate, que foi registrado escassamente nos órgãos oficiais mas se manteve ativo por quase vinte anos, e ainda hoje existe, mas em configuração diversa. O grupo se chamou Grupo

¹⁰ Para meu grande gosto, este livro foi traduzido ao espanhol e publicado em Buenos Aires, com tradução de Amália Sato, pela editorial Leviatán, em 2011.

Formação e tinha por ponto de convergência justamente a obra de Antonio Candido, assim como a afinidade com a visão de Roberto Schwarz. Em sucessivos encontros, em várias partes do país, a começar pelo Rio de Janeiro, fizemos eventos a cada ano, tendo tido a oportunidade de encontros inclusive com os dois intelectuais de referência para o grupo. Essa dimensão foi também muito importante para meu trabalho no nosso pós-graduação, na forma de cursos sobre o tema, sobre esses autores e sobre temas associados a eles, desde que fui credenciado no quadro de professores do PPG, já em 1998¹¹.

Logo depois de credenciado, tive a grata oportunidade de ministrar, em semestres sucessivos, dois cursos livres de literatura brasileira (com canção) na Universidad Nacional de Rosário, Argentina, que mantinha um professorado de português que manteve por alguns anos um convênio com nosso PPG, creio que a partir da ação da professora Zilá Bernd. Desde então tenho procurado oferecer cursos interessantes para os alunos; nunca repeti um curso. A orientação geral tem sido e continua sendo a de estudar as relações entre literatura e sociedade, tendo no suporte essencial a obra de Antonio Candido e Roberto Schwarz, no Brasil, assim como a obra de meus professores José H. Dacanal e

¹¹ Como curiosidade, anoto que na altura de 1990, não lembro exatamente o ano, dei algumas aulas de pós-graduação num curso, então obrigatório, de Metodologia de pesquisa, algo assim. Foi um semestre apenas, e eu coordenei apenas uma parte menor do curso. A responsável era a professora Maria do Horto Soares Motta, do Latim, com quem eu trabalhava produzindo o vestibular da UFRGS, desde 1981. Eu era apenas mestre e formalmente não era credenciado para lecionar. Mas registro, por pura curiosidade, que havia professores apenas mestres que, creio, eram mesmo assim credenciados (talvez ajudando colegas doutores), em outras áreas que não a Literatura, atuando como professores de pós-graduação.

Flávio Loureiro Chaves, e no plano internacional gente variada, mas com a permanência de Walter Benjamin, Erich Auerbach e Mikhail Bakhtin, e mais recentemente Franco Moretti, ao lado de clássicos da crítica literária de variada orientação, historiadores e sociólogos, antropólogos e filósofos. Em não poucas vezes, contei com a parceria do colega e amigo Homero Araújo na oferta de seminários e cursos, e nos anos mais recentes também com Guto Leite e Ian Alexander, colegas com quem muito aprendo e compartilho toda uma visão da literatura, cifrada nos autores acima mencionados. Tenho orientado uma boa quantidade de mestrados e doutorados, que excede as quatro dezenas.

• • •